

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco em vermelho:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: : Ideias e papel do vice-presidente	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Entrevista : Bento Albuquerque Junior	3
Título: Temer deixa para Bolsonaro R\$ 336 bi em investimentos já engatilhados.....	8
Título: Emissões de CO2 têm alta de 2,8% em 2018, aponta estudo	11
Título: ONGs usam índios para barrar obras importantes	12
Título: Ainda mais pobres.....	14
Título: Bonsai.....	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Ameaça de retrocesso	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	20
Título: Gasolina a R\$ 4,09.....	20
VEÍCULO: Valor Econômico.....	22
Título: Pré-sal entra na luta por comando do Senado	22
Título: Leilão da Amazonas Energia recebe ao menos uma oferta	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: : Ideias e papel do vice-presidente**

O vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, defendeu com entusiasmo a ideia de desengessar o Orçamento, proposta pelo futuro ministro Paulo Guedes, e afirmou que isso dará "mais poderes ao Congresso". Ele explica que a reforma da Previdência deve ser ampla, porém com uma implementação por etapas. Sobre relações internacionais, ele resgata a expressão "pragmatismo responsável" e diz que temos que ter relações de global partners (parceiros globais) tanto com a China quanto com os Estados Unidos, mas esclarece: "Tenho muita admiração pela democracia americana. Tenho identificação com os valores deles."

Em uma longa conversa ontem em seu gabinete, no grupo de transição, o vice-presidente ainda falava um pouco anasalado, resultado de uma sinusite que o afetou nos últimos dias. Perguntei se não estaria havendo muita bateção de cabeça na equipe do futuro governo e ele disse que isso é natural em qualquer administração que está se instalando.

Sobre seu papel no governo, disse que será o mesmo de qualquer vice-presidente:

— Estou aqui para substituir o presidente, por isso acompanharei todos os assuntos de governo, pensarei em soluções, para estar preparado caso o presidente me chame para conversar.

O fatiamento da reforma da Previdência, ele explica de outra forma. Diz que seria uma reforma ampla, com implementação por etapas, começando pela idade mínima. A mudança para o regime de capitalização teria que ser num tempo futuro. Perguntei sobre a previdência dos militares: — Estudei o assunto e formulei uma proposta, tempos atrás. Amplia-se o tempo de serviço para 35 anos e a pensionista que hoje não contribui passa a contribuir. A mudança que foi feita em 2000 já acabou com algumas vantagens.

Diz que atualmente já não há mais promoção quando se vai para a reserva e que quem pede baixa ganha proventos proporcionais ao tempo trabalhado.

Hamilton Mourão acha que o melhor lugar para a Funai é ficar onde está, no Ministério da Justiça, e defende a ideia de que os índios possam arrendar suas terras, desde que não seja em área sensível: — Não pode ser na Amazônia, por exemplo, mas nem todos os índios estão na floresta.

Explicou que um projeto sobre isso seria cuidadoso e estabeleceria as áreas onde seria possível o arrendamento para não aumentar o desmatamento: — Mas hoje já existe, só que não está regularizado. Pensamos em coisas como, ao fim do arrendamento, os equipamentos seriam dos índios.

Segundo ele, há duas formas de ver a Amazônia, e ele demonstrou discordar da primeira: — Como uma área que deve permanecer como um zoológico do mundo, ou os que advogam uma exploração sustentável. Temos também que defender nos fóruns internacionais que se pague pela preservação da Amazônia, pelo oxigênio, serviços ambientais — diz o general Mourão, que não se diz favorável à saída do Acordo de Paris.

Na economia, é entusiasta da ideia do futuro ministro da Economia de desvincular as receitas que têm destinação certa. Acha que como está fica inviável, e o Congresso briga por parcela cada vez menor sobre a qual pode dispor — É preciso dar ao Congresso poderes de formular o Orçamento. Os parlamentares teriam um ano produtivo fazendo de fato o Orçamento a ser cumprido pelo Executivo. Isso fortaleceria o Congresso.

De fato, o caminho tem que ser reduzir o engessamento, mas isso é muito difícil de fazer. Cada área temerá o risco de perder financiamento.

Sobre política externa, o vice-presidente defendeu que não haja alinhamento automático com os Estados Unidos, apesar de ser boa e natural a proximidade entre os dois países. Não é pelo presidente Trump, disse, argumentando que "governos são passageiros", mas pelos valores comuns:

— Na minha opinião, a diplomacia não pode ser irresponsável como foi nos governos do PT. Tem que ser o pragmatismo responsável — disse, resgatando um termo que definiu a política externa dos últimos dois governos militares e que foi mantida por vários governos civis.

Na área de energia, o vice-presidente disse que se o país quiser crescer não haverá energia. Por isso acha que é preciso estimular o crescimento das fontes solar, eólica e gás natural. Acha que se pode pensar em nuclear, que as usinas hidrelétricas na Amazônia devem ser bem estudadas. "O que não se pode é ficar queimando óleo diesel em termelétrica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Entrevista : Bento Albuquerque Junior

Minha orientação é não fazer nenhum tipo de nomeação política

Futuro ministro de Minas e energia diz que projetos de grandes hidrelétricas acabaram e que pretende incentivar energia nuclear

Brasília- Futuro ministro de Minas e energia, o almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, 60, vai demorar para responder às 1.500 mensagens de WhatsApp que lotaram seu telefone desde que foi nomeado, na semana passada.

Em entrevista à Folha, ele afirmou que passa a maior parte de seu tempo estudando os assuntos do ministério e que defenderá a privatização da Eletrobras caso esse seja o melhor modelo para a companhia e para o país.

Pretende diversificar a matriz energética nacional, restringindo projetos de grandes hidrelétricas, e pretende estimular a produção da energia nuclear, concluindo Angra 3, e modificando a legislação que, hoje, amarra a exploração de urânio no país.

O senhor estava cotado para assumir o Ministério da Defesa e terminou em Minas e energia. Como se chegou ao seu nome?

O presidente Bolsonaro me convidou na quarta-feira à noite da semana passada. Até então eu não fazia a mínima ideia de que estaria compondo a equipe do presidente e muito menos o Ministério de Minas e energia.

Tivemos uma longa conversa, ele deu orientações, mas disse que só anunciaria depois que eu falasse com o comandante da Marinha, o atual e também o que virá a sucedê-lo.

No dia seguinte procurei os dois almirantes, falei da minha conversa com o presidente eleito.

O que eles disseram?

Ficaram satisfeitos e fizeram uma brincadeira. Pelo desafio que o presidente colocou para mim, disseram que mar grosso é que faz bom marinheiro (risos).

Que missão o senhor recebeu de Bolsonaro, afinal?

Quando ele me convidou falou que tinha o perfil para estar à frente do ministério pelo meu currículo, mas por outro motivo também.

Ele disse: "O senhor é uma pessoa que não pertence a nenhum grupo de interesse, a nenhuma corporação envolvida no setor de minas e energia; muito menos tem militância político-partidária".

Foi nesse contexto que ele fez a escolha para essa pasta. Acho que é um novo ciclo dentro daquilo que eu estava acostumado a ver na Esplanada.

Sua escolha então é para blindar o ministério e o próprio setor de casos como os que ocorreram em Angra 3?

Não sei se para blindar. Recebi uma missão dentro de um novo contexto. Não recebi nenhum pedido para que nomeasse A, B, C ou D. Tenho liberdade total para conduzir o ministério e a gente sabe que anteriormente isso [indicações] fazia parte de um jogo político para [o governo] ter base.

A recomendação que recebi foi para que, primeiro, não houvesse nenhum tipo de nomeação por interesse de qualquer grupo, inclusive político. Mas, por outro lado, que eu tivesse preocupação em interagir com o Congresso.

Mas não no sentido de troca. No sentido de que o Congresso seja aliado e participe das ações, principalmente dentro daquilo que compete a ele [legislar]. Queremos até inovar com o ministério assessorando o Congresso [na elaboração de leis].

O senhor é ministro há três dias, mas já sabe quais serão as prioridades?

Na segunda-feira após o anúncio vim para Brasília e tive contato com o ministro Onyx Lorenzoni, chefe da transição, e com o Paulo Coutinho, coordenador da equipe de transição.

Disse o que eu gostaria de saber o que desenvolveram [de estudos e trabalhos] do setor de mineração, óleo e gás e elétrico. Prepararam isso muito rapidamente e me apresentaram ontem à noite.

Então qualquer proposição que eu venha a fazer, estou tirando um pouco daquilo que estou querendo transmitir ao tomar posse, que é credibilidade, previsibilidade e governança do setor.

Minha prioridade é a governança do ministério. Ele é enorme, cada vez que olho o organograma fico mais impressionado. Mas isso não assusta.

Eu tinha relação muito próxima com o setor nuclear, tendo em vista que tocava os dois programas principais da Marinha e dois dos programas estratégicos do

Ministério da Defesa — o programa nuclear e o desenvolvimento de submarinos [nucleares].

O senhor defende continuar Angra 3?

Primeiro, se resolveu o problema do preço desse tipo energia [nuclear] para tornar o investimento viável. Antes, não justificava o investimento. Isso mudou há cerca de duas, três semanas. Esse ponto da equação está resolvido.

Agora, e o investimento?

Dizem que seria preciso mais R\$ 15 bilhões e já gastamos R\$ 16 bilhões. Vale a pena? Eu acho que vale muito a pena. Agora, o país tem recursos para isso? Qual parceria seria melhor para isso?

Vão abrir para a iniciativa privada?

Sei que a Eletronuclear está trabalhando nisso e vamos atuar de forma integrada com a equipe econômica e outros atores do governo nisso. Virão sócios privados. Pelo que sei, até 49% [do capital] seria possível.

Vai depender do modelo, o tipo de negociação dessa energia [produzida na usina], o prazo, para que o investimento possa dar retorno. Porque você não pode investir em um negócio que, no final, não tiver retorno ou ele chegar muito alongado. Se não, melhor investir em outra coisa.

Vocês irão então diversificar a matriz energética?

Temos de diversificar nossa matriz energética, não podemos pensar em energia para os próximos quatro anos. Temos de pensar para os próximos 50 anos. Alguns desafios temos de vencer agora. Porque se o país crescer 3% daqui até 2022, que é o período desse governo, em 2023, independente de quem venha a ser governo, pode se inviabilizar.

Diversificar é o quê, na sua avaliação?

Determinadas matrizes estão atingindo o limite. As grandes hidrelétricas, por exemplo. Economicamente, geram energia barata.

O investimento em Itaipu já se pagou é agora é só lucro, em tese. Tudo que investi agora o dinheiro volta porque a manutenção é barata. Mas o modelo de grandes hidrelétricas já não é mais viável, seja por questões ambientais, ou pelo próprio esgotamento dos recursos hídricos.

Então, diversificar é ver o papel da eólica, que já ocupa um espaço que não tinha há dez anos. E vamos contar com a pasta de Ciência e Tecnologia para fazer inovações, como os medidores inteligentes, a possibilidade de gerar quem gerar energia inserir no sistema para baixar ao máximo o preço da energia.

O senhor vai avançar com a capitalização da Eletrobras?

Tive uma primeira conversa com o Wilson Ferreira Jr, atual presidente da Eletrobras. Ficamos de retornar a conversa. Já combinei com o ministro Moreira Franco [Minas e energia] que vou começar a dedicar a isso na próxima semana. A Eletrobras é uma das maiores companhias do mundo. Tem de considerar tudo isso na hora de pensar em privatização.

O que a gente quer na realidade é ter energia para que o investidor tenha confiança de que vai poder investir em alguns setores. E energia é fundamental para o custo do produto que ele vai oferecer ou produzir. Se agente não der uma sinalização, seja com uma estatal ou não, será muito ruim.

Existe algum preconceito em relação a privatizações nesse setor?

Preciso conhecer melhor a empresa, mas não tenho ideia preconcebida de nada.

Mas não é contra?

Não. Será o que for melhor. As telecomunicações, por exemplo, são estratégicas e há duas décadas foram privatizadas.

Somos um país continental e temos um serviço com tecnologia bem próxima do que existe em qualquer lugar mais desenvolvido do mundo. Agora não é só privatizar. Tem de ter determinado controle. Comunicação é estratégico mas isso não significa que todas as empresas precisam ser estatais.

O Estado tem de ter segurança de que tem o controle [da prestação do serviço] e ele regula.

Para mim, isso é fundamental. E isso, por analogia, vale tanto para o setor elétrico, óleo e gás, quanto para a mineração. Não adianta, por exemplo, ter urânio e não tirar um grão desse minério para processar.

O senhor irá estimular essa exploração?

Ah, vamos. Só três países têm grande quantidade de urânio e dominam a tecnologia nuclear, Rússia, EUA e Brasil.

Para mim, é um paradoxo dominar a tecnologia, ter grandes reservas e não exportar combustível, que tem alto valor agregado. Estamos aqui para dar uma contribuição, porque o próprio ordenamento jurídico impede isso.

Poderia explicar melhor esse impedimento?

O urânio é monopólio da União. A Indústrias Nucleares do Brasil é uma empresa dependente.

Ela explora com tecnologia desenvolvida pela Marinha, vende o combustível para Angra e ela não consegue investir porque tudo que ela vende vai para o Tesouro.

Acho que é uma coisa que o estado tem de resolver.

A empresa vai ganhar uma emancipação então?

Claro. Que a receita seja dela. Ou outras alternativas.

Por que a IMB é responsável pela mineração e pela produção de combustível? Será que precisa ficar com os dois?

Estou falando mais do meu passado, ainda não como ministro, mas essa é uma coisa que afeta [o setor] porque dentro da minha pasta estão as usinas de Angra 1,2 e 3, que espero que saia.

Tem alguma posição sobre revisão do marco regulatório do pré-sal?

Ainda não deu tempo de discutir esse assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Temer deixa para Bolsonaro R\$ 336 bi em investimentos já engatilhados

Relatório da Fazenda mostra ainda que eleito herda R\$ 195 bi em projetos; mercado considera pouco

São Paulo- O governo de Michel Temer (MDB-RJ) deixará como herança ao menos 335.6 bilhões de investimentos já engatilhados, fruto de privatizações e

concessões realizadas nos últimos anos, e outros R\$ 195 bilhões em projetos em fase de preparação.

Apesar das cifras bilionárias, para o mercado, o valor é baixo perto do que o país precisa para reduzir seu déficit na área de infraestrutura.

"O investimento anual deveria ser de R\$ 350 bilhões a R\$ 400 bilhões por ano. Há espaço para isso, em [setores como] estradas, aeroportos, portos, energia", afirma Antônio Bernardo, presidente da consultoria alemã Roland Berger.

"O governo teve boas intenções, mas não concretizou muito. O desenvolvimento precisaria ser muito mais rápido", diz ele.

O raio-x dos investimentos gerados durante a gestão Temer foi destacado em um relatório produzido pelo Ministério da Fazenda para deixar um balanço e orientações à equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Entre os leilões bem sucedidos estão concessões de exploração de campos de petróleo — responsáveis pela maior parcela do valor —, construção de linhas de transmissão de energia, aeroportos, terminais portuários, entre outros.

Embora o prazo de aplicação dos recursos seja longo (de até 30 anos em alguns casos), a tendência é que se concentrem nos primeiros cinco ou dez anos — ou seja, boa parte será herdada por Bolsonaro, afirma Fernando Vernalha, sócio da VGP Advogados.

Para ele, o volume de projetos deixados não será maior principalmente porque faltou musculatura ao PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), órgão criado por Temer para promover as desestatizações.

"A equipe é muito boa, mas reduzida, não deu conta da demanda, não colocou na rua tantos projetos. O apetite do investidor estrangeiro não foi posto à prova como poderia", diz o advogado.

Além disso, Temer teve pouca força política para levar adiante projetos de privatizações, que requerem aprovação do Congresso Nacional, e sofreu com análises demoradas e rigorosas por parte do TCU (Tribunal de Contas da União) que atrasaram projetos, avalia Mauro Penteado, sócio da área de infraestrutura do Machado Meyer Advogados.

A má relação entre o governo e órgãos de controle, como o TCU e o Ministério Público, foi motivo de queixa por parte de empresários e analistas do setor durante os últimos anos, que acusam as instituições de intervenção excessiva e

de travar investimentos em infraestrutura — crítica rebatida por representantes dos órgãos.

Apesar dos entraves, há um consenso entre os analistas: Bolsonaro começará seu governo em melhor situação do que Temer iniciou o seu.

"Ele vai herdar uma carteira de projetos relativamente boa já em desenvolvimento. O espólio entregue por Temer será muito melhor do que o de Dilma Rousseff", diz Vernalha.

Além dos leilões já realizados, o governo deixará pronto um pacote de concessões a serem leiloadas logo no primeiro trimestre de 2019, que poderão injetar outros R\$ 6,4 bilhões no país. Serão leiloados 12 aeroportos, quatro terminais portuários e um trecho da Ferrovia Norte-Sul.

Para Bernardo, da Roland Berger, Bolsonaro buscará destravar grandes investimentos na área de infraestrutura logo nos primeiros seis meses de gestão, uma forma eficiente de criar empregos de forma rápida. Ele espera um ritmo mais acelerado do que o dos últimos anos.

"O novo presidente começa com uma ideia mais clara sobre como desenvolver e executar as alavancas da economia. Já sinalizou que vai fazer privatizações, retomar investimentos parados. Vai começar melhor [do que Temer]."

O setor de transportes deverá ser um dos primeiros a ser destravado, principalmente o de rodovias, avalia Penteado, do Machado Meyer. "Várias concessões importantes vão ser feitas nos próximos anos", diz o advogado.

Há cerca de um mês, o governo Temer conseguiu licitar sua primeira e única concessão no setor, a Rodovia de Integração do Sul. O projeto tardou a sair porque sofreu críticas do TCU, e acabou travando todas as demais concessões de rodovias federais.

Agora, com o leilão bem sucedido do ativo, a expectativa é que os demais projetos saiam com maior facilidade.

A previsão é que a concessão de trechos rodoviários possa gerar R\$ 54 bilhões de investimentos.

Na área de ferrovias, a expectativa é que novas concessões gerem R\$ 23 bilhões, e que a prorrogação de contratos rendam outros R\$ 32 bilhões.

Já as novas rodadas de licitações para exploração de petróleo poderão se converter em R\$ 74 bilhões.

O documento elaborado pela Fazenda à equipe de Bolsonaro ainda inclui uma vasta lista de ativos cujos projetos foram iniciados durante o governo Temer.

Alguns exemplos: a desestatização da Infraero; a concessão de direitos exploratórios de minérios; concessões de novas linhas de transmissão de energia; leilões de arrendamento de terminais portuários, entre outros.

Nem todos eles tem um valor previsto de investimento, ou seja, o total da herança deixada por Temer poderá ser maior.

O relatório ainda inclui uma série de recomendações para área de infraestrutura e de desestatizações.

Entre elas, está a privatização da Eletrobras, nos moldes definidos pela equipe de Temer: a redução da participação da União abaixo dos 50%, com a barreira de que nenhum acionista poderá deter mais do que 10% do controle da estatal.

A desestatização da empresa é uma das grandes dúvidas do mercado em relação ao governo Bolsonaro, que já declarou que considera a geração de energia do país uma área estratégica e que não deverá privatizar empresas do setor.

Recomenda-se também concluir reformas legais iniciadas pela equipe de Temer, como o novo marco do setor elétrico, a alteração do regime de cessão onerosa de exploração de petróleo e o fortalecimento das agências reguladoras, com critérios mais rigorosos para a seleção de seus dirigentes.

Todas essas propostas já têm projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor:

Título: Emissões de CO2 têm alta de 2,8% em 2018, aponta estudo

Paris- As emissões de CO2 das energias fósseis, principal causa do aquecimento global, registraram em 2018 uma alta inédita em sete anos, dificultando ainda mais o cumprimento das metas do Acordo de Paris.

Segundo um relatório científico anual publicado nesta semana na 24a Conferência sobre Clima da ONU (COP-24), na Polônia, as emissões de CO2 ligadas à indústria e à combustão de carvão, petróleo e gás, crescerão 2,7% em 2018 em relação a 2017, após um aumento de 1,6% no ano passado, depois de três anos quase estáveis.

Somente em 2011 e ao final da crise de 2008 houve dados piores.

"Estamos longe da trajetória que nos permitiria permanecer em um aumento da temperatura entre 1,5°C e 2°C", meta do Acordo de Paris, segundo Peters.

"Cresce a retórica, mas não a ambição, derrapamos completamente", acrescentou.

A forte alta este ano é alimentada principalmente por um boom de emissões na China (4,7%), o maior emissor do mundo, pelos EUA (2,5%) e pela Índia (6,5%). Além do carvão, que continua sendo o inimigo número um, o consumo de gás natural aumentou 2% ao ano no mundo de 2000 a 2017, e 8,4% na China, que combate a poluição do ar.

Quanto ao petróleo, acreditava-se que um teto havia sido alcançado em termos de consumo. No entanto, o número de veículos cresce 4% a cada ano, com uma porcentagem irrisória para veículos elétricos. O consumo de combustível para a aviação comercial disparou 27% em 10 anos.

"Embora tenha havido progressos notáveis em termos de energia limpa e veículos elétricos, estes não são grandes o suficiente para interromper o avanço dos combustíveis fósseis", disse Peters.

No total, as emissões de CO2 dos combustíveis fósseis deverão, previsivelmente, atingir um recorde de 37,1 gigatoneladas em 2018.

"Esse ainda não é o teto esperado para as emissões, embora também não seja um retorno aos altos níveis dos anos 2000", disse Corinne Le Queré, da Universidade de East Anglia, na Inglaterra.

AFP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendência e Debates

Autor:

Título: ONGs usam índios para barrar obras importantes

Ex-presidente da União Sindical de Garimpeiros da Amazônia Legal

Bastou a União apresentar projeto de construção de hidrelétrica na tapajônica cachoeira de São Luiz (Pará) para que levantassem causas conservacionistas e ambientalistas, sempre fiéis a verdades imprestáveis. Ainda digeriam a de Belo Monte, no Xingu.

Sabedores da extrema da necessidade energética do país, preocuparam-se em encontrar meios de deter o projeto que seguia célere. Recorreram, então, ao único recurso que supera a racionalidade na Amazônia: a causa indígena, que atropela qualquer acepção legal.

Tais organizações de cunho internacional, bem pouco voltadas a interesses nacionais e assanhadas em desvario na “proteção” florestal, iniciaram uma série de loucuras, inclusive ilegais, pondo em movimento silvícolas para fora de suas áreas sem permissão do Congresso Nacional, como preceitua a Constituição.

Assim, acorreram a reorganizar parte da sociedade indígena da região em atendimento às suas finalidades políticas —índios, aliás, nunca anteriormente lembrados.

Assim, dos mundurucus, que habitam o alto Tapajós, tendo convívio maior com a sociedade não indígena na cidade de Jacareacanga (PA), alguns foram buscados, organizados e incitados a criarem força própria ao dito embate protecionista que se avizinhava.

Pesa, ainda, que os índios andavam aborrecidos com o Estado. Não faz muito tempo, a Polícia Federal, em operação nas suas verdadeiras áreas, incendiou equipamentos de mineração valiosíssimos, aniquilando sustentos advindos de anos de trabalho. Coisa de milhões.

Alguns jornais, inclusive esta Folha, publicaram a notícia com foto das imensas dragas indígenas ardendo na crueldade das chamas. Deixaram, entretanto, sem opinião ou questionamento a violenta transgressão cometida pelas autoridades ao artigo 21, parágrafo único, da lei 7.805, que trata da retenção de patrimônio privado e sua não destruição sem amparo ou preceito legal.

Esses episódios foram alvos fáceis para as ONGs, secundadas por um jovem fantasiador em suas funções de procurador da República lotado em Belém, todos se valendo de um “abstrato direito tradicional” para formação de pequenos grupos e os alocando às margens do rio Tapajós abaixo, não só na área de inundação prevista, mas na própria cachoeira de São Luiz, local projetado para a efetiva construção.

Nessas públicas arregimentações se chegou a promover teatral ato cívico, em Itaituba (PA). Cantorias e fantasias. E nenhum deles, em nenhum momento, preocupou-se em não acirrar ânimos entre, agora sim, diferentes povos, coisa mais grave à região e bem pior que apropriada construção da hidrelétrica.

Perderam-se os milhões investidos, capitais e tempo chineses, e por deixar por lá todos como puderam ficar. Isso num país gerido por outra bandeira vermelha...nas contas de energia. Vimos mais um sepultamento das prioridades e dos interesses nacionais.

Em recente programa de TV, o general Eduardo Villas Bôas, no comando do Exército Brasileiro, afirmou: “A Amazônia pertence ao Brasil”. Não, diga-se ao general, não pertence, ela é o próprio país com sua gente

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Ainda mais pobres

Cresce nº de brasileiros em lares com renda abaixo de R\$ 406 mensais por morador; com Orçamento depauperado, alta do PIB é alívio mais plausível

A quantidade de pobres aumentou no Brasil de 2016 para 2017, de acordo com os cálculos do IBGE na recém-divulgada Síntese de Indicadores Sociais. Embora a longa e aguda recessão já tivesse terminado, o crescimento foi minúsculo no ano passado, e a situação do emprego permaneceu precária.

Essa estatística contabiliza os indivíduos cuja renda domiciliar per capita (a renda média dos moradores da casa) não alcança US\$ 5,50 por dia, que, ajustados pelo poder de compra da moeda nacional, equivaliam a R\$ 406 mensais — linha recomendada pelo Banco Mundial para países incluídos no nível médio-alto de riqueza.

Segundo tal critério, a parcela da população vivendo na pobreza passou de 25,7% para 26,5%, ou quase 55 milhões de pessoas. No caso de extrema pobreza (renda de até R\$ 140 por mês), o contingente afetado passou de 6,6% para 7,4%.

Os dados demonstram como o país custa a superar os efeitos do ciclo de contração econômica de 2014-16. Ali se interrompeu um processo de expressiva

ascensão social que já contava uma década. Infelizmente, o IBGE não apurou cifras comparáveis para todo o período, que permitiriam avaliar melhor a extensão do desastre.

Mas há fartura de evidências de que a presente recuperação da economia é a mais lenta da história documentada desde o século passado. O Produto Interno Bruto cresceu 1,1% em 2017; a taxa deste ano pouco passará disso. Neste dezembro de 2018, o PIB per capita é quase 8% menor que o de 2013.

Tamanha tibieza se traduz, na prática, em uma taxa de desemprego elevada que recua de modo pouco perceptível — foram 11,7% no trimestre encerrado em outubro, apenas 0,5 ponto percentual abaixo da cifra de um ano antes. Dado que a penúria orçamentária do governo não permite uma ampliação de programas sociais em tempo hábil, a aceleração do crescimento econômico constitui o alívio mais plausível para a pobreza neste momento.

Em tese, R\$ 14 bilhões anuais em transferências diretas de renda bastariam para eliminar a extrema pobreza, que vitima 15 milhões de brasileiros. Trata-se de montante que poderia ser obtido, por exemplo, com a revisão de subsídios e benefícios tributários como os destinados a baratear o óleo diesel.

Entretanto o governo está forçado a priorizar a urgente e politicamente indigesta reforma da Previdência, sem a qual as finanças caminharão para o estrangulamento — e o PIB não deixará a prostração

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Coluna

Autor: Fernanda Torres

Título: Bonsai

A árvore de Natal de 2018 sofreu uma redução proporcional à dos nossos ministérios

O annus horribilis de 2014 se anunciou na derrota de 7 a 1 para a Alemanha e se confirmou na reeleição de Dilma Rousseff.

Depois de enfrentar a seca bíblica, a queda das commodities e de tentar bombar a economia a fórceps, Dilma se reelegeu retesando os preços de energia e maquiando o fracasso da Nova Matriz Econômica.

Até então, a árvore de Natal da Lagoa havia acompanhado a toada do Brasil grande. Na passagem de 2014 para 2015, o monstrengo atingiu sua altura

máxima, com estridentes jingle bells que torturavam a vizinhança a cada quarto de hora e penduricalhos dignos de esplendores de Clóvis Bornay.

O céu era o limite para o gigante recém-desperto e os patrocinadores do enfeite.

Nos primeiros dias de janeiro de 2015, no entanto, mal curada a ressaca do Réveillon, lá veio Joaquim Levy anunciar a tragédia recessiva. Os meses daquele ano passaram lentos, marcados por pautas bombas e pela dolorosa consciência da crise.

Na manhã do dia 20 de novembro, acordei com o dia chuvoso e fui até a varanda admirar a névoa sobre a lagoa.

Foi quando notei, na margem oposta do espelho d'água, um andaime retorcido. Era a árvore de Natal colapsada, quatro dias antes da estreia, com a metade superior debruçada sobre a base arruinada. As rajadas da frente fria haviam dado cabo dela durante a noite.

A visão funesta, tive certeza, era fruto do carma acumulado, presságio do decennium horribilis do qual ainda tentamos nos livrar. A conífera reluzente foi símbolo do ufanismo olímpico, da bolha imobiliária, da euforia da farra dos guardanapos e do Cristo Redentor decolando na capa da The Economist.

Aproveitando o investimento em metal dos anos anteriores, o Nabucodonosor com pés de barro cresceu como uma Torre de Babel da Casa Turuna. A estrutura, porém, se mostrou tão frágil para sustentar a ambição de grandeza, quanto a política econômica de Margarina. O delírio acabava ali, nas ferragens tortas.

Com a bancarrota do Rio de Janeiro e a cúpula do PMDB na cadeia, morros em guerras e fuzis no asfalto, as tabuletas de venda se multiplicaram nas janelas dos apartamentos da cidade fantasma. Por dois anos, a lagoa viveu o luto, sem árvore, sem trânsito, sem público ou comemorações.

Achei que era para sempre, mas não.

Noite dessas, meu cônjuge me chamou para ver um objeto não identificado sobre a favela da Rocinha. Era um óvni de luzes vermelhas, estacionado sobre a comunidade.

Cogitamos se tratar de um drone exterminador do Witzel, mas, firmando melhor os olhos, percebemos o engano de perspectiva. Sob o que supúnhamos

ser um disco voador, identificamos o perfil apagado de uma árvore de Natal a boiar.

Com dimensões de Estado mínimo, a versão 2018 sofreu uma redução proporcional á dos nossos ministérios. Para a alegria de quem mora em volta, ela ressurgiu muda, sem vocação para badaladas. Comparada às da primeira metade da década, a bicha mais parece um pinheiro anão, mas é honesta, como tudo, hoje, pretende ser.

Se eu enxerguei maus augúrios no desastre que se abateu sobre o modelo 2015, devo admitir o caráter simbólico da reaparição. Delfim Netto diz que o crescimento econômico depende de fatores irracionais, como o humor do consumidor. A árvore de 2018 tenta reconquistar o otimismo.

O futuro dirá se o choque ultraliberal de Paulo Guedes e dos “Chicago boys” tirará o país do ponto morto. Quanto ao Rio, tenho sérias dúvidas da capacidade da cidade de se reerguer.

Se fosse para servir de representação, traduzindo a confiança dos cariocas no futuro, o bonsai de Natal da Lagoa viria melhor a calhar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Ameaça de retrocesso

As agências reguladoras foram concebidas como autarquias independentes da ingerência política em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Àquela época, algumas empresas estatais foram privatizadas e uma série de serviços que até então eram prestados pelo Estado à população passou para a iniciativa privada, por meio de concessões públicas.

Era fundamental, portanto, garantir o cumprimento dos contratos, de modo a assegurar os direitos das empresas e a qualidade dos serviços prestados por elas à população, objetivos que deveriam ser alcançados por uma gestão técnica e imparcial daqueles órgãos reguladores.

Passadas mais de duas décadas de sua criação – a primeira, a Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), é de 1996 –, as agências reguladoras estão distantes de seus princípios fundadores. Ao longo desse tempo, políticos de todos os matizes ideológicos – alguns sem qualquer matiz, como o presidente Lula da

Silva – viram na independência das agências não um importante avanço econômico e institucional para o País, mas uma "ameaça" à manutenção de suas zonas de influência, poder que raras vezes tem sido exercido tendo o interesse público como norte.

Tornou-se célebre a reação do então presidente Lula da Silva ao tomar conhecimento de um reajuste das tarifas de energia homologado pela Aneel, reclamando que "não havia sido consultado". A partir daquele momento, tanto a Aneel como a Agência Nacional do Petróleo (ANP) começaram a perder autonomia até que passaram a depender das decisões do Ministério de Minas e energia, sob gestão de Dilma Rousseff. De lá para cá, com menos ou mais ênfase, fez-se a ocupação política das agências reguladoras, com graves prejuízos para o Brasil.

O Projeto de Lei (PL) 6.621/2016, de autoria do senador Eunício Oliveira (MDBCE), constitui um importante freio ao desvirtuamento do papel institucional dos órgãos reguladores. A chamada Lei Geral das Agências Reguladoras estabelece uma série de critérios para nomeações de diretores destes órgãos, tal como já acontece nas empresas estatais desde o início da vigência da Lei 13.303/2016.

Na Câmara dos Deputados, o PL 6.621 foi aprovado por uma comissão especial em julho deste ano. A votação foi conclusiva, ou seja, o projeto não precisa ir à deliberação do plenário da Casa, seguindo direto para o Senado. O problema – e aqui está uma grave ameaça de retrocesso – é que o projeto foi aprovado com alterações propostas em substitutivos que não apenas autorizam nomeações de parlamentares, líderes partidários e parentes para cargos de direção nas agências reguladoras, como também revogam dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) que já proíbem a prática nefasta.

Ou seja, caso vá adiante nestas condições, o PL 6.621 estará caracterizado como um duplo retrocesso, na medida em que tanto não avança na melhoria da gestão dos órgãos reguladores como acaba com os benfazejos efeitos da Lei das Estatais. O deputado Danilo Forte (PSDB-CE), relator do PL 6.621 na comissão especial, afirmou que "não fazia sentido" tratar dirigentes partidários de forma "diferente dos demais cidadãos".

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que há dois anos qualificou o PL 6.621 como um "marco divisor contra os predadores das estatais", agora defende o "princípio da isonomia, desde que a pessoa (indicada para a direção de uma agência reguladora) seja capacitada e honrada". Cabe indagar o que levou o deputado Luiz Carlos Hauly, que não se reelegeu em outubro, a mudar tão drasticamente a sua posição.

O senador Eunício Oliveira avisou que não permitirá o desvirtuamento do projeto. "Eu não terei condições de pautar um projeto diferente do que pensou o legislador, no caso eu. Vou mandar analisar e, se tiver desvirtuamento, ele será corrigido aqui ou não será votado", disse o presidente do Senado. Que assim seja.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Meta central da Petrobrás será a rentabilidade

O novo Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Petrobrás para o período de 2019 a 2023, aprovado há pouco por seu Conselho de Administração, é realista ao prever investimentos de US\$ 84,1 bilhões em suas atividades produtivas, cerca de US\$ 10 bilhões a mais em relação ao PNG anterior (2018-2022).

São previstas melhoria e segurança da força de trabalho e operação, redução da dívida e uma novidade na história da estatal: um indicador de retorno sobre o capital empregado na companhia, que deve ficar acima de 11% em 2020, um bem-vindo reconhecimento da importância de remunerar melhor os seus acionistas, tantas vezes frustrados.

Com o planejamento prudente que caracterizou o novo PNG, prevendo crescimento gradual das cotações internacionais do petróleo – o plano, obviamente, poderá ser revisto pela próxima gestão –, a Petrobrás firmase como uma empresa efetivamente de mercado, com ênfase na continuidade da redução de seu nível de endividamento, ainda bastante elevado, investimentos de acordo com sua capacidade de gerar receitas, diversificação de atividades e disposição de trilhar o caminho da rentabilidade sustentável.

A previsão é de que a produção de petróleo cresça 7% em 2019 e de que a empresa recolha, nos próximos cinco anos, R\$ 600 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais, podendo também gerar até 450 mil novos empregos em diversas regiões do País.

A companhia vai focar nos grandes ativos que possibilitam maior geração de caixa, como exploração e produção de petróleo e refino, transporte e comercialização. O PNG menciona que, na área de refino e comercialização, além dos investimentos programados ligados à produção e distribuição de gás, a companhia vai impulsionar parcerias e desinvestimentos, projetando um ingresso potencial de US\$ 26,9 bilhões nessa área.

Consciente de que o papel dos combustíveis fósseis na economia global tende a diminuir sensivelmente nas próximas décadas, a Petrobrás vai dar mais força à energia renovável, em especial às energias solar e eólica, e investirá em querosene a partir de cana-de-açúcar e em green diesel (óleo diesel reprocessado).

Note-se que o novo PNG da petroleira projeta investimentos de R\$ 13 bilhões em pesquisa e desenvolvimento e R\$ 6 bilhões em projetos sociais e ambientais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mercado S/A

Autor:

Título: Gasolina a R\$ 4,09

Depois de bater quase R\$ 5, a gasolina vendida no Distrito Federal se aproxima dos R\$ 4. Levantamento feito pelo Correio mostra que é possível encontrar o combustível a menos de R\$ 4,10. Mas, para economizar até R\$ 0,20 por litro, é preciso pesquisar.

De acordo com a pesquisa, enquanto postos no Plano Piloto cobram em média de R\$ 4,18, em estabelecimentos na Estrada Parque Taguatinga (EPTG), o derivado de petróleo sai por R\$ 4,09. Segundo o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Piscitelli, dois fatores influenciam a variação do valor do combustível: a taxa de câmbio e o preço internacional do barril do petróleo.

“Com a taxa de câmbio estabilizada, o principal fator que está ajudando o consumidor a encontrar gasolina mais barata é a redução no valor do petróleo no mercado externo”, explicou Piscitelli. O professor alerta, entretanto, que, apesar de favorável, o cenário econômico internacional não é nada animador. “A situação mundial é nebulosa. A guerra comercial entre Estados Unidos e China pode trazer prejuízos globais”, afirmou.

A supervisora de segurança Vanir dos Santos conta que, apesar de aliviada pela diminuição no preço da gasolina, ainda fica apreensiva quanto ao futuro. “As variações de preço são sempre uma incógnita. Nós, consumidores não conseguimos acompanhar as alterações feitas pela Petrobras, então ficamos sempre receosos, mesmo com notícias positivas, como a de queda de preço”, afirmou.

Piscitelli aconselha que o consumidor aproveite o período de baixa com cautela. “É preciso se valer do momento, no entanto, isso não significa que o motorista precise abastecer no primeiro estabelecimento”, destacou. O professor aconselhou que os consumidores fiquem atentos aos noticiários e não tenham preguiça de percorrer caminhos mais longos para encontrar promoções.

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos 20/11/2018 6/12/2018

Petrobras – Próximo à Torre de TV 4,40 4,21

Petrobras – Eixo W 106 Sul 4,50 4,30

Auto Lus – Eixo W 107 Sul 4,35 4,14

Petrobras – Eixo W 109 Sul 4,39 1,45

Shell – Eixo W 115 Sul 4,36 4,15

Petrobras – Eixo L 214 Sul 4,39 4,18

Petrobras – Eixo L 212 Sul 4,40 4,19

JarJour – Eixo L 210 Sul 4,40 4,19

Petrobras – Eixo L 207 Sul 4,40 4,19

PB – Eixo L 206 Sul 4,39 4,25

Melhor – Eixo L 204 Sul 4,40 4,19

Petrobras – Eixo L 202 Sul — 4,19

Ipiranga – Eixo L 204 Norte 4,43 4,30

JarJour – Eixo L 206 Norte 4,40 4,18

Petrobras – Eixo L 208 Norte 4,40 4,18

Ipiranga – Eixo L 210 Norte 4,40 4,18

Shell – Eixo L 212 Norte 4,40 4,18

Petrobras – Eixo L 214 Norte 4,40 4,20

Ipiranga – Eixo W 115 Norte 4,40 4,18

Petrobras – Eixo W 113 Norte 4,40 4,18

Ipiranga – Eixo W 112 Norte 4,40 4,18

Shell – Eixo W 109 Norte 4,40 4,18

Petrobras – Eixo W 107 Norte 4,70 4,30

Petrobras – Eixo W 103 Norte 4,98 4,67

Petrobras – SIG Quadra 3 4,40 4,18

Shell – SIG Quadra 3 4,40 4,18

Garantia – EPTG 4,30 4,19

Safeway – EPTG 4,30 4,20

V-Tex – EPTG 4,30 4,09

Ipiranga – EPTG 4,30 4,19

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/12/2018

Seção: Política

Autor: Vandson Lima e Fábio Graner

Título: Pré-sal entra na luta por comando do Senado

A disputa pela Presidência do Senado entrou no cálculo da votação do projeto da cessão onerosa de áreas do pré-sal. Caberá ao próximo comandante da Casa - e por consequência, do Poder Legislativo - o mérito de conduzir o acordo com o governo de Jair Bolsonaro para "dividir o cheque" com Estados e municípios.

A eleição, contudo, ocorrerá apenas em fevereiro, o que adiciona um risco à operação: se a definição entre Tesouro Nacional e Petrobras sobre a revisão do acordo da cessão onerosa avançar além de março do ano que vem, a possibilidade de o leilão das áreas excedentes ser realizado em 2019 passa a

correr sério risco, segundo avaliações de bastidores da área econômica do governo.

A leitura considera que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) costuma pedir de seis a oito meses para analisar e modelar leilões de áreas petrolíferas. O dinheiro a ser arrecadado com o bônus de assinatura a ser pago no certame dessas áreas, estimado entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões, é considerado crucial para derrubar o déficit primário e tentar zerá-lo, como prometeu o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

O impasse de ordem técnica sobre a divisão do bônus de assinatura de fato existe, mas, segundo interlocutores do atual governo, da equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro e senadores envolvidos, o cálculo político passou a preponderar ao empurrar a matéria para o próximo ano.

Quatro vezes presidente do Senado e ensaiando uma nova candidatura ao comando do Legislativo, Renan Calheiros (MDB-AL) jantou na semana passada com Guedes, a convite do próprio ministro indicado por Bolsonaro. "Ele me pediu para falar como eu via algumas questões do Congresso. Não entrarei em detalhes porque é deselegante", relata Calheiros ao **Valor**.

O senador desconversa ao comentar se o papo adentrou o trâmite da cessão onerosa. Mas o fato é que o Guedes, que até então era favorável a definir imediatamente a divisão do bônus para destravar a votação, passou a comunicar senadores que o desfecho da proposta poderia ficar para o início da próxima legislatura, sendo discutida no âmbito de outras medidas para a economia. Sobre o saldo do encontro, cujo convite partiu de Guedes, Renan demonstrou empolgação. "Saí muitíssimo bem impressionado com os planos de Guedes para o Brasil".

Outros senadores, em especial aqueles que postulam a candidatura ao comando da Casa, perceberam a mudança. O MDB, maior partido da Casa e que tem pelo menos quatro nomes que podem buscar a presidência, reuniu-se quarta-feira e a leitura foi clara: a cessão onerosa ficou para o próximo ano.

Além de Renan, a líder da bancada, Simone Tebet (MS), Fernando Bezerra Coelho (PE) e Eduardo Braga (AM) estariam no páreo, segundo o presidente do MDB, Romero Jucá (RR), que diz que a sigla não abre mão de estar à frente da presidência do Senado.

Na mesma medida em que a relação de Guedes com Calheiros se estreitou, a com o atual presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), passou a acumular dificuldades. A dificuldade de avanço no acordo sobre o bônus foi creditada por Eunício ao atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Mas a nova postura de passividade de Guedes sobre o tema foi notada.

Os sinais seguintes de Eunício, ao afirmar que, sem acordo, emendas propostas poderiam retirar metade, 80% ou até a totalidade do bônus da mão do governo federal foram muito mal recebidos tanto pela atual quanto pela futura equipe econômica. Paralelamente, outras ideias com impacto fiscal negativo começaram a ser associadas à tramitação do projeto, o que fez com que o atual e o futuro governo passassem a preferir que o assunto ficasse para ser tratado no ano que vem, já com novos congressistas. O efeito colateral disso, contudo, é o risco de o processo não ser concluído a tempo de gerar impacto positivo nas contas de 2020.

Ontem, Eunício praticamente jogou a toalha, ao declarar à imprensa que enquanto não houver acordo, colocar a matéria para votar é destruir o projeto. "Se eu votar essa matéria hoje, vou criar mais problema do que solução".

Um acordo entre Tesouro e Petrobras está sendo discutido desde 2015. A Fazenda queria um respaldo prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) ou a aprovação do projeto que está no Senado e define algumas regras para que o acordo seja feito com segurança jurídica para as autoridades que o assinarão. Como até agora não houve avanços em nenhum dos flancos, o entendimento está parado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Leilão da Amazonas Energia recebe ao menos uma oferta

A Eletrobras pode encerrar um capítulo complicado da sua história na segunda-feira, quando espera-se que tenha sucesso na privatização da distribuidora Amazonas Energia, de longe seu ativo mais problemático. Ontem, ao menos uma oferta foi apresentada pela companhia, apurou o **Valor**.

Segundo uma fonte, a Oliveira Energia, tradicional na atuação de geração de energia nos sistemas isolados, apresentou proposta pela distribuidora do Amazonas. No fim de agosto, a Oliveira Energia arrematou a Boa Vista, concessionária de distribuição de energia de Roraima. Embora não tenha experiência no setor de distribuição de energia, a Oliveira está sendo assessorada por nomes fortes no setor elétrico, como a consultoria Thymos Energia e o executivo Flávio Decat, ex-presidente de Furnas, que foi contratado para elaborar a estratégia do grupo.

O leilão da Amazonas Energia acontece na segunda-feira, às 17h. Segundo fontes, a Advocacia-Geral da União (AGU) está de plantão atenta para liminares ou outras medidas que possam impedir a realização do certame.

Além da Oliveira Energia, havia expectativa no mercado que a Equatorial, que tem a concessão vizinha do Pará, também fizesse oferta pela companhia.

A viabilidade financeira da operação da distribuidora depende da Medida Provisória (MP) 855, e decreto regulamentando sua validade já foi publicado. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já assegurou que será possível fazer os ajustes regulatórios na concessão dentro do prazo de validade da MP, mesmo que esta não seja convertida em lei. A ideia é dar a maior segurança jurídica possível ao certame.

MME / ASCOM .